

# Ajuste incluirá cortes nas despesas públicas

Preocupados com déficit e congelamento prolongado, economistas sugerem israelense

ARNOLFO CARVALHO  
Chefe de Reportagem

Mais do que a "flexibilização" iniciada com a desvalorização cambial do cruzado, os ajustes que o Governo prepara no Plano de Estabilização Econômica para depois das eleições destinam-se a conter a demanda por bens e serviços através de novos cortes nas despesas públicas, maior rigor na política monetária mesmo à custa da manutenção de altas taxas de juros, reorientação fiscal para estimular poupança e investimento e, apesar dos desmentidos, substituição gradual do congelamento por uma combinação de tabelamento e monitoramento dos preços.

Essa linha de ajustes ajudará a enfrentar não só o principal problema interno — normalizar o abastecimento sem deixar a inflação ultrapassar os 20 por cento em doze meses — como, também, as adversidades externas que se colocam no horizonte de curto prazo do Governo Sarney. A rigor, a comunidade financeira internacional vem dizendo claramente ao Brasil que conflita na capacidade de crescimento excepcional da economia e torce pelo sucesso do Plano Cruzado, mas precisa ver concretizada a velha promessa do ajuste fiscal e quer a volta da economia de mercado o mais rapidamente possível.

Ao se aproximar o momento de sentar à mesa com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores para fazer a esperada "proposta da Nova República" para a dívida externa, o ministro Dilson Funaro precisa ter uma nova versão do hoje quase esquecido Programa de Ajustamento, modelo da época do FMI no Banco Central, incluindo o pacote de reforma fiscal que os economistas de Washington ainda esperam do Brasil. Será bom ter ao alcance das mãos também as indicações concretas de "flexibilidade" do Plano Cruzado.

## DESCONGELAR

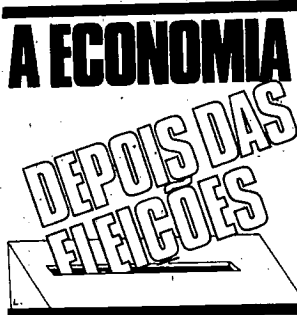
A equipe econômica vem ouvindo opiniões não só de representantes de organís-

mos e governos, mas também de economistas independentes da mesma geração de alguns pais do cruzado como Persio Arida, que avalizam as chances de sucesso econômico do atual governo brasileiro, em seu esforço para retomar taxas elevadas mas sustentáveis de crescimento sem resvalar novamente para a hiperinflação. So que após os elogios ouvem também sugestões nada sutis para se procurar rapidamente o caminho para fora do congelamento com redução do déficit público.

Estudos baseados em informações recentes transmitidas a técnicos do FMI e Banco Mundial divergem mais em grau do que em gênero na avaliação dos resultados dos primeiros tempos das três experiências de tentativa de ajuste heterodoxo da inflação: Israel, Argentina e Brasil. Apesar das diferenças, que não são poucas, os três planos já demonstram claramente o que se pode e o que não se pode esperar do congelamento de preços para quebrar a inflação inercial, deixando evidentes alguns pontos fracos e sugerindo, consequentemente, ajustes complementares para os choques mais jovens como o brasileiro.

Comparando os três países, estes economistas enfatizam o sucesso do Plano israelense em reduzir o déficit público e encontrar o perigoso caminho do descongelamento (até agora parcial) dos preços. Mas também manifestam preocupação com os sinais de que o Governo Sarney poderia teimar em manter preços artificiais por um longo período, não apenas por razões políticas como também por desconhecimento de como sair do congelamento sem deixar a inflação explodir novamente, desestabilizando politicamente a nascente democracia sul-americana.

Partem das mesmas fontes as recomendações de ajustes fiscais no caso brasileiro, não tanto pelo tamanho do déficit público — que no Banco Mundial, por exemplo, é considerado menor do que se esperava — mas sim pela alta probabilidade de descontrolar o fisco das empresas estatais e mesmo da adminis-



tração direta, em função de fatores econômicos e políticos. Isto quer dizer em última análise que os bancos credores que vão ter que renegociar a dívida externa brasileira temem que a democratização do País, com a Constituição, desambe eventualmente para o aumento descontrolado dos gastos públicos, tanto a nível municipal e estadual quanto federal.

Seria o caos não só pela volta da inflação que desorganiza o sistema produtivo como também, na ótica dos credores, pelo excesso de demanda interna que não deixaria tanto para ser transferido ao exterior para pagamento de juros. Para evitar isso o governo americano cuida da saúde dos seus banqueiros fazendo pé firme na exigência de algum monitoramento da economia brasileira ao longo dos próximos quinze ou vinte anos, dependendo de quanto prazo for concedido para a amortização da dívida a ser rolada.

Mesmo supondo que o Governo Sarney seja confiável aos credores enquanto filosoficamente comprometido com o capitalismo, eles querem ter a certeza de que uma eleição daqui a alguns anos de um populista como Leonel Brizola não encontre um país desaperelhado técnica e legalmente para fazer valer o chamado bom-senso orçamentário, de não gastar muito mais do que arrecada. Técnicos das instituições internacionais lembram volta e meia que ainda não viram uma verdadeira "reforma fiscal" na Argentina nem no Brasil — e isso é a principal ameaça para a volta da inflação após o descongelamento de preços.

O contrário se aplica a Israel, onde apesar dos gas-

*Os economistas do governo já examinam outra vez o que há lá fora, para se orientar quanto ao novo reajuste*

tos militares o déficit fiscal foi fortemente contido, caindo em relação ao Produto Nacional Bruto mais do que se esperava: ao invés de baixar de 16 por cento para 8, como estava planejado, o déficit israelense caiu para algo como 5 por cento do PNB, de acordo com funcionários do Banco Mundial, "por causa do aumento da receita de impostos". Reconhecem que o Brasil e a Argentina não podem se utilizar tanto do aumento dos impostos para reduzir o desequilíbrio orçamentário, por causa da situação social bem diferente da israelense.

Outro ponto a favor dos economistas que aplicam o choque antiinflacionário em Israel, ao contrário principalmente dos argentinos, diz respeito às formas de se sair do congelamento de preços. Israel aproveitou-se de fatores sazonais e variações do mercado externo para soltar alguns preços — e, para surpresa de muita gente, não aconteceu a temida disparada. Ao contrário, alguns destes preços até caíram, puxando segmentos inteiros, e ajudando a manter a inflação do mês passado em 1,9 por cento. Ao longo deste ano os preços ao consumidor subiram apenas 11,9 por cento, ficando a inflação dos últimos doze meses em 20,5 por cento.

## SEGREDO

Como isso foi possível com o descongelamento de quase um quarto da economia israelense? Para estes economistas, o segredo foi o aproveitamento da baixa nas cotações internacionais de petróleo durante a primeira metade deste

ano, que viabilizou a liberação dos preços de combustíveis e derivados a nível interno, ao lado da utilização da abundante safra de verão de hortigranjeiros, quando o aumento da oferta (em comparação com o inverno favorece a tendência baixista nos preços destes alimentos. O descongelamento ideal, pelo qual todos anseiam.

Infelizmente estas coisas só acontecem com os outros: no Brasil, a queda nas cotações do petróleo não foram aproveitadas logo após o lançamento do Plano Cruzado, quando Funaro propôs reduzir o preço dos combustíveis mas não conseguiu vencer a resistência do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, em nome dos investimentos da Petrobrás. Hoje até exportamos gasolina pela metade do preço interno, reajustado para cima para tentar conter o consumo, mas ainda não foi possível usar a queda do petróleo importado porque temos em andamento um estratégico Programa Nacional do Alcool.

Já na área agrícola, onde a safra poderia viabilizar o descongelamento de preços, o que temos sofrido é a consequência de longos anos de ausência de investimentos seguidos de aumento da demanda decorrente da estabilização da economia, com a crise de abastecimento que se torna famosa internacionalmente pelas cenas de "política econômica policial" dos últimos tempos. Na análise de economistas dos organismos internacionais, a escassez de carne e outros produtos era mais do que esperada.

Resta a conclusão de que a demanda no Brasil está decididamente aquecida além do que suporta um plano de estabilização econômica, exigindo-se medidas imediatas de ajuste do cruzado. O governo tem respondido a estes pedidos de "arrocho fiscal", feitos diretamente aos ministros em mais de uma ocasião no exterior, com a determinação de não tirar renda da população de menor poder aquisitivo, para quem o pequeno ganho do Plano Cruzado fez muita diferença.

Ou seja, o Governo diz que não aumentará o imposto de renda dos assalariados de baixo poder aquisitivo.

E os demais, a classe média, como ficam? Em princípio o aumento de impostos, que deveria sair até dezembro para valer em 1987, seria a última medida a ser tomada, num pacote fiscal que se basearia principalmente na redução dos gastos públicos. Não é só cortar despesas de custeio e concentrar investimentos em áreas sociais prioritárias, mas também desativar órgãos e empresas desnecessários, vender patrimônio não-produtivo, orientar as estatais para a auto-sustentação e mesmo dispensar pessoal em setores ociosos. Estados e municípios, com suas redes de estatais menores, não ficariam de fora da rígida política de crédito e transferência negativa de recursos.

## DEMANDA

Com isso seria contida a demanda pelo lado do setor público, abrindo espaço para a manutenção da demanda privada sobre a qual o Governo quer assentar o crescimento daqui em diante. Restariam outros pontos de ajuste, além da "flexibilização de câmbio e preços", como colocam economistas encarregados de acompanhar os casos de pacientes recém-saídos da hiperinflação, e da indispensável reforma fiscal que se procura adiar para ser decidida na Constituinte. Alguma regulação da política monetária também vem sendo sugerida.

Nessa área há elogios ao desempenho brasileiro em comparação com a Argentina: para o Banco Mundial, mais do que para o FMI, uma diferença importante entre os dois casos de choque antiinflação é que o Plano Cruzado conseguiu manter os juros mais ou menos sob controle, com as taxas ficando em patamares elevados mas não superiores aos que já existiam anteriormente. No caso do Plano Austral foi tentada uma política monetária excessivamente rigorosa, que jogou os juros para cima e assim manteve o desestímulo à retomada do investimento.

Há muita dúvida de que o novo programa de ajustamento que a Argentina está negociando com o FMI, para poder renegociar a dívida com os bancos, venha a ser cumprindo — mas também não se tem muita esperança de ver a recessão substituída por crescimento sustentável, pelas dificuldades políticas internas e também pela deterioração dos preços internacionais de produtos primários. Para complicar, o Plano Austral não previu o sistema brasileiro do gatilho salarial baseado na inflação e a pressão descontrolada sobre os custos tornou impossível segurar os preços.

A inflação reacendeu com o primeiro aniversário da nova moeda, já sucessivamente desvalorizada diante do dólar por causa das prioridades das exportações, e agora muitos economistas em Washington já dão como certo o retorno da inflação mensal de dois dígitos na Argentina. Enfim, é no mínimo o caso mais preocupante dos três, especialmente por causa do estrangulamento das contas externas (falta de reservas, atraso nos compromissos, queda na receita de exportação, incapacidade de importar mais etc) e da prolongada recessão que desmantelou parte da indústria.

A alternativa mais racional para o programa econômico brasileiro seria evitar os erros argentinos e tentar aproveitar os ensinamentos que se atribui ao choque israelense. Até que ponto o Brasil tem interesse em seguir esta espécie de adaptação do choque heterodoxo ao figurino econômico predominante entre os economistas nos Estados Unidos, sem comprometer o projeto nacional de acabar com a miséria até o ano 2000, é outra questão. É certo, contudo, que uma eventual mudança de atitude por parte dos credores, com relação à pré-proposta de renegociação da dívida sem monitoramento do FMI, poderia ser estimulada pela adoção do próximo pacote de ajuste do Plano Cruzado — e o Palácio do Planalto sabe que, fora disso, não resta muito além do confronto com os credores e falta de investimentos externos.